

## A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL DE TOMÁS DE AQUINO: UM ESTUDO DO *DE MAGISTRO*

THE THOMAS AQUINAS' EDUCATIONAL CONCEPTION:  
A STUDY OF THE *DE MAGISTRO*

Rodrigo Aparecido de Godoi<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo discorre sobre a concepção educacional desenvolvida por Tomás de Aquino (1224/25–1274) em sua obra intitulada *De Magistro (Sobre o Mestre)* ou *Sobre o ensino*. Deste modo, após a exposição sucinta do conteúdo geral do *De Magistro*, ressalta-se, a partir da referida obra, a compreensão de ensino desenvolvida pelo *Doctor Angelicus* e o papel exercido pelo aluno dentro do processo de ensino/aprendizagem, como ainda a missão própria do professor na práxis educacional.

**Palavras-chave:** Tomás de Aquino – *De Magistro* – Educação – Professor – Aluno.

**Abstract:** That article discusses about the educational conception developed by Thomas Aquinas (1224/25-1274) in his work entitled *De Magistro (About the Master)* or *About Teaching*. Thus, after the brief statement of the general contents of *De Magistro*, it's emphasized, from the said work, the understanding of teaching developed by *Doctor Angelicus* and the role played by the student in the process of teaching/learning, as well as the mission of the teacher in educational praxis.

**Keywords:** Thomas Aquinas – *De Magistro* – Education – Teacher – Student.

### Considerações iniciais

Com o avanço da historiografia medieval e com os estudos de muitos pensadores acerca da Idade Média, foi se possível atingir um olhar mais crítico e analítico sobre este período histórico, podendo se assim formular uma concepção mais realista, pertinente e equilibrada a respeito do mesmo. Sob esta nova perspectiva, buscou-se ultrapassar tanto a concepção negativista da Idade Média que foi forjada pelos pensadores dos séculos XVI a XVIII, como também a vertente,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: [godoi27@yahoo.com.br](mailto:godoi27@yahoo.com.br). Artigo recebido em 10/09/2013 e aprovado para publicação em 15/10/2013.

encontrada no século XIX, que concebia o período medieval como sendo um modelo perfeito que não pode mais ser atingido pela humanidade.

Deste modo, gradativamente, a Idade Média vai sendo despida de suas roupagens preconceituosas e dos exageros denegridores oriundos do mito historiográfico da *Idade das Trevas* – que a concebe como sendo uma interrupção no progresso do desenvolvimento humano em todas as áreas – e vai retomando a sua verdadeira condição de uma idade intermediária (e não de um hiato) entre a Antiguidade Clássica e a Modernidade e, ainda mais, começa a se ter uma percepção de que, na verdade, a Idade Média constitui a matriz da civilização ocidental cristã, embora ainda se hesite em aceitar “que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 155).

Partindo deste âmbito, não se pode desconsiderar que o século XIII foi um dos períodos mais fecundos da história da humanidade, no qual o Ocidente Medieval atingiu seu apogeu, ou seja, este século foi palco de inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas, que acabaram por criar condições que possibilitaram o alvorecer da Europa Moderna. Dentre tais acontecimentos pode-se elencar:

o declínio do sistema feudal, com o fortalecimento do poder real e a consolidação das monarquias nacionais; o desenvolvimento da atividade comercial e a consequente ascensão da burguesia, o que muito contribuiu para o crescimento dos centros urbanos e para a mudança dos estilos de vida da população (OLIVEIRA, 1998, p. 124).

Além do crescimento urbano e o desenvolvimento comercial, a confluência de outros quatro fatores também foi determinante para a transformação da Europa no século XIII, em particular, no que diz respeito à reflexão filosófica do Ocidente, são eles: a fundação das universidades, a descoberta de Aristóteles, o contato com a filosofia árabe e a criação das ordens mendicantes.

Destarte, é justamente neste cenário que atuou um dos grandes pensadores da história do pensamento ocidental, que se desgastou pela busca da verdade, como também pela defesa e elucidação da fé cristã, ou seja, Tomás de Aquino (1224/25–1274)<sup>2</sup>. Na verdade, com este pensador,

---

<sup>2</sup> Tomás de Aquino, baluarte da cultura filosófica e teológica ocidental, foi membro da Ordem dos Pregadores (Dominicanos) e viveu no século XIII. Nasceu por volta de 1224/25, no castelo de Roccaseca, na Itália. Foi uma figura de proa no que se convencionou chamar o “século áureo” da Escolástica. Por volta de 1230, com a esperança de vê-lo se tornar abade, o Aquinate foi enviado por seus pais, Landolfo e Teodora, para o mosteiro de Monte Cassino como oblato. Em 1245, Tomás de Aquino iniciou seus estudos universitários em Paris, tendo como mestre Alberto Magno (1206-1280). Depois de ter lecionado em Paris, entre 1252-1259, o Aquinate seguiu para Orvieto, em 1261, onde residira até 1265. Já entre 1268-1272, ele voltou a ensinar novamente em Paris. No entanto, o último palco de sua ação docente foi no *Studium Theologicum* de Nápoles, em torno de 1272-1274. Em 1274, foi convocado por Gregório X para participar do Concílio de Lião, como teólogo pontifício. Passando pelo castelo de Maenza, residência de sua sobrinha Francisca, ficou gravemente doente. Percebendo que piorava, pediu para ser levado ao mosteiro cisterciense

a Idade Média acompanhou o florescimento e o amadurecimento de um sistema que abordou, de modo magistral, questões concernentes às diversas correntes doutrinárias da época, algo que “pode ser constatado pelas referências e citações encontradas em suas obras” (COSTA, 2002, p. 104). Além do mais, foi com o pensamento e com as obras do Aquinate que o período Escolástico<sup>3</sup> alcançou seu máximo coroamento.

Ainda mais, não se pode desconsiderar que o *Doctor Angelicus* foi um verdadeiro e exímio mestre, que se dedicou, com todo empenho, à práxis educacional como professor universitário, isto é, ele era essencialmente um professor, “uma vocação que afeta a totalidade da vida: não é por acaso que o ‘professar’ ficou reservado para o professor (...). Tomás cresce quando ensina e ensina quando cresce” (LAUAND, 2004). De acordo com Solimeo (2005, p. 18), não é:

somente a legião de estudantes que enche sua sala de aula do Colégio *Saint-Jacques*, da Universidade de Paris<sup>4</sup>. (...) o núcleo de estudos da Ordem quer gozar do benefício de seu ensinamento; daí o encontramos sucessivamente em Anagni, Roma, Bolonha, Orvieto, Viterbo, Perugia, novamente em Paris, e finalmente em Nápoles, sempre ensinando e escrevendo.

Ainda mais, durante seus anos de magistério, além de despertar profundo entusiasmo entre os estudantes, o Angélico se preocupava, sobremaneira, em atender às necessidades de seus jovens alunos, buscando oferecer a estes um método apropriado de apresentação, marcado por uma linguagem clara e precisa, como deixa transparecer o Prólogo de sua obra mais famosa, isto é, a *Suma de Teologia*.

---

de Fossanova, perto de Terracina, ao sul de Roma (COSTA, 1993, p. 32), em que veio a falecer no dia 7 de março de 1274. Foi canonizado, em 18 de julho de 1323, por João XXII e proclamado Doutor da Igreja, em 1567, por Pio V. Tomás de Aquino deixou como legado uma obra monumental que, uma vez publicada na íntegra em edição crítica, ocupará o espaço de 50 volumes *in folio* (a chamada Edição Leonina). Contudo, a sua obra mais importante e conhecida é a *Suma de Teologia*, a qual trata com profundidade de todas as questões fundamentais da Teologia e muitas de interesse filosófico. Além desta, pode-se mencionar também a *Suma Contra os Gentios*, o *Compêndio de Teologia*, as *Questões Disputadas Sobre o Mal* e também obras de caráter mais filosófico como *A unicidade do intelecto contra os averroístas* e *O ente e a essência*. Para um maior aprofundamento biográfico do Aquinate ver Jean-Pierre TORRELL, *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e obra*, São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>3</sup> De acordo com Marcondes (1997, p. 116) é a partir dos séculos XI-XII que se assiste ao surgimento da assim chamada *Escolástica*, como ficou conhecida a filosofia medieval a partir de então. Na verdade, a Escolástica é uma linha dentro da filosofia medieval, de acentos notadamente cristãos, surgida da necessidade de responder às exigências da fé, ensinada pela Igreja, sendo um período profundamente marcado pela querela entre a fé e razão. A decadência e dissolução da Escolástica ocorrem ao longo do século XIV e início do século XV.

<sup>4</sup> Seu primeiro biógrafo, Guilherme de Tocco, fala insistentemente acerca do estilo novo de Tomás de Aquino de dar aulas, de argumentar, de responder, estilo esse que arrastava os alunos: “Em suas lições, introduzia *novos* artigos, resolvia questões de maneira *nova* e mais clara, como *novos* argumentos. Em consequência, os que o ouviam ensinar teses *novas* e tratá-las segundo um método *novo* não podiam duvidar que Deus o tivesse iluminado como *nova* luz: ora, podemos ensinar ou escrever opiniões *novas* caso não tenhamos recebido de Deus inspiração *nova*?” (TOCCO *apud* TORRELL, 1999, p. 49-50).

O doutor da verdade católica não deve apenas ensinar aos que estão mais adiantados, mas também instruir os principiantes, segundo o que diz o Apóstolo: “Como a criancinhas em Cristo, é leite o que vos dei a beber, e não alimento sólido”. Por esta razão nos propusemos nesta obra expor o que se refere à religião cristã do modo mais apropriado à formação dos iniciantes. Observamos que os noviços nessa doutrina encontram grande dificuldade nos escritos de diferentes autores, seja pelo acúmulo de questões, artigos e argumentos inúteis, seja porque aquilo que lhes é necessário saber não é exposto segundo a ordem da própria disciplina (...). No empenho de evitar esses e outros inconvenientes, tentaremos, confiando no auxílio divino, apresentar a doutrina sagrada sucinta e claramente, conforme a matéria o permitir (TOMÁS DE AQUINO, 2001, p. 135).

Dessa forma, tendo em vista que o *Doctor Communis* se desgastou em busca da verdade e na fundamentação racional de diversas teorias, marcando assim profundamente a história do pensamento filosófico, dedicando-se incansavelmente a práxis educacional como professor universitário, sobretudo, na famosa Universidade de Paris, procura-se, no presente trabalho, apresentar algumas considerações acerca da concepção educacional elaborada por Tomás de Aquino.

Para tanto, este estudo basear-se-á, sobretudo, na sua obra denominada *De Magistro* ou *Sobre o Ensino* e a partir da mesma, abordar-se-á, especificamente, depois de uma breve apresentação dos temas dos quatro artigos da referida obra, a compreensão de ensino desenvolvida pelo *Doctor Angelicus*, como ainda o papel exercido pelo educando e pelo educador no processo de ensino-aprendizagem.

Espera-se assim que o desenvolvimento deste trabalho possa propiciar uma compreensão mais ampla e aprofundada da doutrina sobre o processo educativo desenvolvida pelo *Doctor Angelicus*, a partir das teses elencadas no *De Magistro*, como também das implicações oriundas da perspectiva de pensamento tomásico, fazendo com que se perceba a originalidade e a grande colaboração de Tomás de Aquino, tanto para o ambiente da Filosofia, como para o campo da Educação.

## 1 Conteúdo geral do *De Magistro*: uma tentativa de aproximação

Antes de se ocupar propriamente com a temática deste trabalho, faz-se necessário pontuar que o texto *De Magistro* pertence à série das *Questiones Disputatae de Veritate*<sup>5</sup>, disputadas durante

---

<sup>5</sup> As *Quaestiones Disputatae de Veritate* são compostas por um conjunto de 253 artigos, reagrupados em 29 questões, os quais abordam uma variedade de subtemas, que no dizer de Nascimento (2003, p. 29): “vão desde a investigação do que é a verdade (questão 1ª) até uma discussão sobre a graça de Cristo (questão 29ª), passando

o primeiro período de ensino magistral do Angélico na Universidade de Paris, por volta de 1256 a 1259, mais precisamente trata-se da questão de número 11, disputada por volta do ano de 1257/1258 (LAUAND, 2000, p. 3)<sup>6</sup>.

O texto conhecido como *De Magistro* é composto de quatro artigos, a saber: (1) Se o homem – ou somente Deus – pode ensinar e ser chamado de mestre; (2) Se se pode dizer que alguém é mestre de si mesmo; (3) Se o homem pode ser ensinado por um anjo; (4) Se ensinar é um ato da vida ativa ou da vida contemplativa.

No *Artigo 1*, Tomás de Aquino discorre, principalmente, sobre a devida propriedade do título de mestre, se este deve ser atribuído unicamente a Deus ou se o ser humano também pode ser chamado de mestre, ou seja, se este também pode verdadeiramente ensinar a outro homem. Depois de apresentar os argumentos daqueles que consideram que somente Deus pode ser chamado de mestre, como o posicionamento dos que defendem que o homem possui a capacidade de ensinar, o Aquinate defende que tanto Deus como o homem podem conduzir outro homem ao conhecimento, ou seja, ambos podem ser chamados de mestres<sup>7</sup>.

---

pelo exame da ciência de Deus (questões 2ª a 7ª), do conhecimento dos anjos (questões 8ª e 9ª), de vários aspectos do conhecimento humano (questões 10ª a 20ª) e de vários problemas ligados à noção de bem (questões 21ª a 28ª)". De acordo com Torrell (1999, p. 389-390), a primeira questão "deu nome a toda série, mas as outras têm com ela uma relação mais ou menos distante. Podemos aí perceber dois grandes blocos: a verdade e o conhecimento (qq. 1-20), o bem e o apetite pelo bem (qq. 21-29...)".

<sup>6</sup> A *disputatio* consistia no debate acerca de um problema "colocado pelo mestre e por ele *resolvido*, após exame dos argumentos pró e contra" (VAZ, 1998, p. 22). Havia duas modalidades de disputas: as privadas e as públicas. As primeiras eram realizadas semanalmente no interior da faculdade, com os alunos do mestre e seu bacharel, visando ser um reforço na aprendizagem. Além do mais, nos dizeres de Cavalcante (2006, p. 83)<sup>6</sup>, essas disputas ordinárias "ocupavam dois dias separados. No primeiro dia, após uma introdução pelo mestre, um bacharel era indicado para recolher e responder argumentos do auditório, seguindo a ordem proposta na introdução, o que se fazia com ou sem a ajuda do próprio mestre, enquanto um secretário tomava as notas. No próximo dia disponível, o mestre resumia os argumentos pró e contra e apresentava a solução global (*determinatio*) à disputa. O relatório dessa disputa podia, eventualmente, ser publicado sob a forma de *reportatio* (notas tomadas durante o encontro) ou *ordinatio* (edição revista e ampliada pelo mestre)". Além dessas disputas comuns, organizavam-se, as famosas *disputatio publica* ou *sollemnis*, também chamadas de *quodlibets*. Podiam ser assistidas por mestres e alunos de outras escolas (TORRELL, 1999, p. 72) e ocorriam duas vezes por ano, durante a Quaresma e o Advento. Nos *Quodlibets* – como a própria expressão já o indica "*a respeito de qualquer coisa*" – o tema da disputa era livre, podia-se indagar sobre qualquer assunto e ser iniciada por qualquer membro da plateia. Sendo assim, constituía uma das modalidades de disputas mais perigosas e arriscadas, sendo evitadas por muitos. Tomás de Aquino foi um dos que mais contribuíram para a institucionalização e amadurecimento desta modalidade de disputa (NASCIMENTO, 2003, p. 30-31). Durante suas duas estadas em Paris como Mestre Regente, 1256–1259 e 1268–1272, Tomás de Aquino organizou pelo menos 528 debates, ou seja, mais ou menos dois por semana (VERGER, 1990, p. 57).

<sup>7</sup> "Não é de estranhar, portanto, que Tomás comece discutindo a objeção: 'Se o homem – ou somente Deus – pode ensinar e ser chamado mestre' (o fato curioso é que Tomás discuta isso precisamente como professor em sala de aula...). O exagero do papel de Deus – no caso em relação à aprendizagem – é por conta daquela teologia que considera tão sublime a inteligência humana que, em cada caso que ela ocorre, requereria uma iluminação imediata de Deus" (LAUAND, 2001, p. 7). Na verdade, a compreensão tomásica acerca dessa questão se baseia em dois princípios. Primeiro princípio: ele defende a ideia de que somente Deus pode ensinar interiormente, enquanto que o homem ensina exteriormente, como já defendia Agostinho de Hipona: "Agostinho, quando prova que só Deus ensina, não pretende excluir que o homem ensine exteriormente, mas só quer afirmar que

Contudo, Deus e o homem não podem ser considerados mestres de forma unívoca: “é nos proibido chamar a um homem mestre como se a ele atribuíssemos o ensino que só a Deus compete” (*De Magistro* art. 1, ad 1, p. 33). Isso se justifica, porque, segundo o pensamento tomásico, somente Deus é capaz de ensinar a partir do interior da mente humana<sup>8</sup>; o ensino humano, por sua vez, é exterior à mente humana. De acordo com Batista (2010, p. 93), “isso significa que o ensino é coadjutor do ensino divino, razão pela qual Deus é o mestre por excelência e o ser humano pode ser o mestre auxiliar”, como se pode constatar pela seguinte passagem do próprio *De Magistro*:

Ora, o processo pelo qual a razão chega ao conhecimento mediante a *descoberta* de coisas desconhecidas consiste em aplicar princípios gerais e evidentes a determinadas matérias e daí chegar a algumas conclusões particulares e, destas, por sua vez, chegar a outras etc. E é por isso que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais e, assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava. E do mesmo modo que se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno com a atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro e se chama mestre. (...) Tenha-se em conta, porém, que essa luz da razão, pela qual conhecemos os princípios, foi posta em nós por Deus como uma certa semelhança da Verdade incriada em nós. Daí que, como todo ensino humano depende dessa luz, é claro que é só Deus quem interior e principalmente ensina, do mesmo modo que dizíamos que é a natureza que interior e principalmente cura; no entanto, no sentido que discutimos, pode-se falar propriamente que o homem ensina e cura (art. 1, solução, p. 32-33).

Outrossim, no *Artigo 2*, o *Doctor Angelicus* discute se alguma pessoa pode ser considerada mestre de si mesma, ou seja, ele trata do ensino em contraposição à aquisição de conhecimentos por si próprio (LAUAND, 2001, p. 22). Diante disso, com base na distinção já realizada, no *Artigo 1*,

---

unicamente Deus ensina interiormente” (*De Magistro* art. 1, ad 8, p. 35). Nota-se assim, que o pano de fundo da questão se refere à teoria da iluminação divina no processo de inteligência humana. O Angélico admite sim esta iluminação de Deus (cf. *De Magistro* art. 1, solução, p. 33), mas contra o exagero das teses de alguns acerca do papel de Deus na aquisição de conhecimento humano, ele defende que “esta iluminação Deus no-la deu de uma vez por todas, dotando-nos da ‘luz natural da razão’, aliás, dependente de coisas mais sensíveis e materiais” (LAUAND, 2000, p. 7). Segundo princípio: em virtude dessa razão natural, no intelecto humano, “Preexistem em nós certas sementes de saber, que são os primeiros conceitos do intelecto, conhecidos ato contínuo mediante as espécies abstraídas das coisas sensíveis pela luz do intelecto agente: quer sejam complexas, como os primeiros princípios, ou não complexas, como o caráter do ente, o caráter de uno e outros similares que o intelecto apreende de imediato. Ora, nestes princípios universais já estão de certo modo contidas, como em razões seminais, todas as suas conseqüências” (*De Magistro* art. 1, solução, p. 30-31). É guiado por estes princípios que o Angélico desenvolve sua doutrina educacional e defende que somente o aluno pode fazer a educação do ato, embora, o professor permaneça como causa próxima externa do aprendizado (FITZPATRICK, 1936, p. 14), conforme se explicitará nos próximos tópicos deste trabalho.

<sup>8</sup> Para a perspectiva tomásica, “Deus é causa do conhecimento do homem do modo mais excelente, porque dotou a alma da luz intelectual e, por outro lado, imprimiu nela o conhecimento dos primeiros princípios, que são como que sementes do conhecimento; do mesmo modo que imprimiu também nas outras realidades naturais as razões seminais de todos os efeitos que produzem” (*De Magistro* art. 3, solução, p. 51-52).

entre *ensino* e *descoberta*<sup>9</sup>, em que aquele consiste numa atividade externa à mente e esta numa atividade interna da própria razão, o Angélico considera que embora alguém possa ser tomado como causa do seu próprio saber, nem por isso pode ser chamado “propriamente mestre de si mesmo nem dizer que se ensina a si mesmo” (*De Magistro* art. 2, solução, p. 41).

Quando, porém, alguém adquire o conhecimento por um princípio intrínseco, aquilo que é causa agente do conhecimento só o é em parte, a saber, quanto às razões seminais do conhecimento, que são os princípios comuns. E não se pode, por conta de uma tal causalidade, aplicar com propriedade o nome de professor ou mestre (*De Magistro* art. 2, solução, p. 42).

Ainda mais, mesmo considerando que o ser humano pode chegar ao conhecimento das coisas ignoradas pelo processo da *descoberta*, isto é, sem a ajuda de um ensino exterior, o Aquinate conclui a discussão em torno dessa temática defendendo, de certo modo, a superioridade do ensino, como demonstra a seguinte passagem:

Se bem que o modo de aquisição do conhecimento por descoberta seja mais perfeito por parte de quem recebe o conhecimento, pois manifesta uma maior habilidade em conhecer, no entanto, por parte de quem causa o conhecimento, é mais perfeito o que se adquire pelo ensino porque o professor, que explicitamente conhece todo o conteúdo, pode conduzir ao conhecimento de modo mais expedito do que o caminho daquele que por si mesmo se conduz ao conhecimento a partir dos princípios gerais (*De Magistro* art. 2, ad. 4, p. 42).

De acordo com Lauand (2001, p. 22), o *Artigo 3*, por sua vez, é dedicado à curiosa possibilidade de o ser humano ser ensinado por uma criatura angélica. A partir deste âmbito, o *Doctor Communis* considera que um anjo, segundo seu próprio modo, isto é, invisivelmente, pode ensinar um ser humano: “Nada impede que o espiritual seja proporcionado a agir sobre o corpóreo, pois nada impede que o inferior sofra a ação do superior” (*De Magistro* art. 3, ad 14, p. 56).

No entanto, segundo os princípios tomásicos, uma vez que os anjos são criaturas intermediárias entre Deus e o homem, eles também possuem um modo de ensinar intermediário, ou seja, inferior ao de Deus, uma vez que não são capazes de infundir a luz da graça nem a da natureza como Deus o faz; porém, superior ao ensino do homem, uma vez que podem fortalecer a luz natural infundida por Deus. Para Batista (2010, p. 94), “o anjo tem de ter uma maneira própria de ensinar, melhor do que a do homem e pior do que a de Deus”, como elucida o Aquinate:

---

<sup>9</sup> “Há duas formas de adquirir conhecimento: de um modo, quando a razão por si mesma atinge o conhecimento que não possuía, o que se chama *descoberta*; e, de outro, quando recebe ajuda de fora e este modo se chama *ensino*” (*De Magistro* art. 1, solução, p. 32).

Já o anjo, como possui naturalmente uma luz intelectual mais perfeita do que a do homem, pode ser – no âmbito daqueles dois fatores - causa do conhecimento, se bem que de modo inferior ao de Deus, mas superior ao do homem. Quanto à luz, se bem que não possa infundir a luz intelectual como o faz Deus, pode, no entanto, fortalecer a luz infusa para que o homem veja mais perfeitamente. Pois tudo aquilo que é imperfeito em algum gênero recebe um fortalecimento quando se une a algo que é mais perfeito no gênero, como se vê também nos corpos: o corpo contido em um lugar é potenciado pelo corpo que o contém, que se relaciona com ele como ato para potência, como diz Aristóteles em *IV Physicorum* [8]. Também por parte dos princípios pode o anjo ensinar a um homem. Certamente, por não comunicar o conhecimento dos princípios, como o faz Deus, nem propondo, por sinais sensíveis, a dedução das conclusões dos princípios, como faz o homem, mas formando na imaginação algumas espécies que podem se formar pelo estímulo de órgão corporal, como acontece com os que dormem ou com os que padecem de doença mental, os quais, segundo a diversidade de vapores que sobem à cabeça, têm diversos fantasmas. E deste modo, “mediante o contato com um outro espírito, pode acontecer que, servindo-se de imagens desse tipo, um anjo mostre as coisas que ele conhece”, como diz Agostinho em *Super Genesim ad litt.* [XII, 12] (*De Magistro* art. 3, solução, p. 52-53).

Por último, no *Artigo 4*, Tomás de Aquino discute se o ensinar é um ato da vida ativa ou da vida contemplativa. Na verdade, à luz da concepção tomásica, deve-se considerar que elas se distinguem tanto pela matéria, uma vez que a vida ativa se ocupa com as realidades temporais e a vida contemplativa com as essências inteligíveis das coisas; como ainda pelo fim, visto que a primeira tem como finalidade a ação, através da qual se atende às necessidades do próximo e a segunda, no que diz respeito ao estudo, visa “a consideração da verdade, da verdade incriada, de acordo com o modo possível a quem contempla: nesta vida, imperfeitamente; na futura, perfeitamente” (*De Magistro* art. 4, solução, p. 60). Em consonância, Batista elucida que neste artigo:

Santo Tomás propõe a compreensão do significado de tais expressões, apresentando a vida ativa como a dimensão prática da existência humana, isto é, o conjunto de todo e qualquer tipo de ação que o ser humano possa cometer ou omitir, sendo, por seu turno, a vida contemplativa a expressão que traduz a dimensão teórica da existência humana, ou seja, o conjunto de todo e qualquer tipo de teoria que o ser humano possa elaborar, observar ou compreender. (...) Assim, a finalidade da vida ativa é a orientação da ação da existência humana no âmbito do plano terreno, material e sensível, enquanto que a finalidade da vida contemplativa é a orientação da contemplação da existência humana no âmbito do plano celeste, espiritual e inteligível (2010, p. 95).

Por conseguinte, ao aplicar tais conceitos à esfera educacional, o Angélico defende que o ensinar pertence tanto a vida ativa, como a vida contemplativa. Entretanto, embora ele ressalte o caráter ativo e contemplativo do ato de ensinar, Tomás de Aquino ainda defende que o mesmo diz



respeito mais à vida ativa, do que à vida contemplativa<sup>10</sup>, como se pode constatar pela seguinte passagem:

Ora, no ato de ensinar encontramos uma dupla matéria, o que se verifica até gramaticalmente pelo fato de que “ensinar” rege um duplo acusativo: ensina-se – uma matéria – a própria realidade de que trata o ensino e ensina-se – segunda matéria – alguém, a quem o conhecimento é transmitido. Em função da primeira matéria, o ato de ensinar é próprio da vida contemplativa; em função da segunda, da ativa. Porém, quanto ao fim, o ensinar é exclusivamente da vida ativa, pois sua última matéria, na qual se atinge o fim proposto, é a matéria da vida ativa. Daí que pertença mais à vida ativa do que à contemplativa, se bem que de algum modo pertença também à vida contemplativa, como dissemos (*De Magistro* art. 4, solução, p. 61).

Ademais, ao se entrar em contato com o conteúdo geral de tal questão, deve-se considerar ainda que no *De Magistro*, Tomás de Aquino desenvolve sua concepção de ensino/aprendizagem em oposição às doutrinas dominantes de seu período, especialmente, as que eram construídas por princípios oriundos de teorias do conhecimento de fundo aviceniano ou platonizante<sup>11</sup> (MAYER, 1936, p. 150-157), como se pode constatar pela seguinte passagem do *De Magistro*:

Para alguns, todas as formas sensíveis derivam de um agente extrínseco, que é uma substância ou forma separada, a que chamam “doador de formas” ou “inteligência agente”, em relação à qual os agentes naturais inferiores agem meramente preparando a matéria para a recepção da forma. De modo semelhante, até Avicena diz em sua *Metafísica* [IX, 2]: “A causa do hábito moral não é nossa ação; nossa ação simplesmente impede o surgimento do hábito contrário e nos dispõe a que o hábito se dê provindo da substância que aperfeiçoa as almas dos homens: a inteligência agente ou substância que lhe é similar”. Do mesmo modo, afirmam também que o conhecimento em nós se dá por um agente separado: daí que Avicena diga em *VI De naturalibus* [*De anima* V,5] que as formas inteligíveis afluem nossa mente pela inteligência agente<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Destarte, para se compreender com propriedade esta tese do *Doctor Communis*, deve-se levar em conta que por detrás da argumentação elaborada no *Artigo 4*, encontram-se delineados elementos do próprio ambiente universitário do século XIII, principalmente, no que “tange à postura dos pregadores no ensino universitário e na pregação. Lembrando que a questão foi disputada no ano letivo de 1257-8, logo após os incidentes entre seculares e mendicantes, pouco tempo depois das medidas incisivas tomadas pelo papado e apoiadas por São Luís, o artigo pode ser tomado como uma bela defesa tomasiana, quanto ao lugar dos mendicantes na sociedade e, em particular, na universidade de Paris. (...) Todo o quarto artigo reitera a importância da vida ativa, assim como a resposta ao quarto argumento do artigo segundo reitera a importância do mestre; juntos sugerem, apropriadamente, a defesa da ordem dos pregadores (CAVALCANTE, 2006, p.107-108).

<sup>11</sup> A teoria do conhecimento platônica corresponde à famosa doutrina da *reminiscência* ou *anamnese*, segundo a qual “temos um conhecimento prévio que a alma traz consigo desde o seu nascimento e que resulta da contemplação das formas, as essências das coisas, às quais contemplou antes de encarnar no corpo material e mortal. Ao encarnar no corpo, entretanto, a alma tem a visão das formas obscurecida. O papel do filósofo, através da *maiêutica socrática* [grifo do autor], é despertar esse conhecimento esquecido, fazendo assim com que o processo tenha início e que o indivíduo possa aprender por si mesmo” (MARCONDES, 1997, p. 59).

<sup>12</sup> Avicena defendia que só existia um intelecto agente, separado do ser humano, único e comum para toda a humanidade. Sendo que é esse “entendimento agente que fornece ao entendimento paciente, próprio de cada indivíduo, as essências universais abstratas. Sem a ação do entendimento agente único e separado dos indivíduos não se daria o conhecimento intelectual, pois o entendimento paciente permaneceria em potência” (COSTA, 1993, p. 53). Averróis também defendia esta tese; contudo, enquanto “Avicena identificava o entendimento agente com Deus, e o paciente com as inteligências humanas individuais, Averróis afirmava a unicidade de ambos” (COSTA, 2002, p. 82), isto é, o intelecto paciente ou possível também é único para toda a humanidade,

Outros opinam o contrário: que todas essas formas seriam imanentes às coisas e não têm causa exterior, mas simplesmente, se manifestam por ação provinda do exterior. De fato, há alguns que afirmam que todas as formas naturais estão em ato, latentes na matéria, e o que o agente natural faz é trazê-las do ocultamento à manifestação. (...) E assim também o conhecimento de todas as coisas acompanharia a alma desde a sua criação e o papel da ajuda exterior e do ensino seria simplesmente o de conduzir a alma à recordação ou à consideração do que ela já sabia antes. Assim, eles afirmam que ensinar é só lembrar.

Ambas as opiniões carecem de fundamento racional: a primeira porque exclui as causas próximas, deixando todos os efeitos nas realidades inferiores por conta só das causas primeiras. E com isso ignoram a dinâmica que rege o universo pela articulação de causas concatenadas: a Primeira Causa (Deus) pela excelência de sua bondade confere às outras realidades não só o ser, mas também que possam ser causa. A segunda opinião recai também quase nesse mesmo erro: pois remover obstáculos é simplesmente mover *per accidens*, como diz Aristóteles em *VIII Physicorum* [8], e se os agentes inferiores tudo o que fazem é manifestar – pela remoção de obstáculos – as formas e os hábitos das virtudes e do conhecimento, então segue-se que todos os agentes inferiores não agem senão periféricamente, *per accidens* (art. 1, solução, p. 28-30).

Além disso, outro elemento significativo que precisa ser frisado é o fato de que a abordagem acerca do ensino desenvolvida por Tomás de Aquino aparece ligada a discussões referentes a áreas mais amplas de sua doutrina filosófica e teológica, uma vez que, “por detrás das questões pedagógicas encontram-se, na verdade, concepções filosóficas – a Filosofia da Educação é inseparável da Antropologia Filosófica – e teológicas” (LAUAND, 2000, p. 6).

Na verdade, a antropologia tomásica se impunha como sendo profundamente revolucionária para a época, pois afirmava o homem como sendo sua totalidade espiritual e material, posição esta que se encontra, de acordo com Lauand (2000, p. 6), em consonância com uma “teologia (também ela dissonante para a época) que, precisamente, para afirmar a dignidade de Deus Criador, afirma a dignidade do homem e da criação como um todo: material e espiritual”. É a partir deste prisma, que o autor mencionado faz a seguinte declaração:

No centro da filosofia da educação de Tomás, encontra-se a tese fundamental de sua antropologia: *anima forma corporis*, a profunda unidade, no homem, entre espírito e matéria: a alma é forma substancial, em intrínseca união com a matéria. Essa tese, originariamente aristotélica, não era, como se sabe, bem vista nos meios teológicos da época: era considerada perigosa para um cristianismo que não valorizava a matéria e o corpo; a vigência teológica pretendia uma concepção demasiadamente espiritualista do homem: o homem possuiria três almas e a alma verdadeiramente importante seria a espiritual e a condição carnal era considerada antes um estorvo para a elevação

---

encontrando-se separado dos indivíduos. Na verdade, a tese da *unicidade do intelecto humano* provocou, de acordo com Costa, “uma das mais acaloradas discussões acadêmicas no âmbito do pensamento cristão medieval, propiciando aos averroístas latinos [grifo do autor], da universidade de Paris, o ensejo para colocar em pauta a proposta de uma especulação filosófica independente da teologia” (2002, p. 82). O principal representante do *averroísmo latino* na Universidade de Paris foi Siger de Brabante, o qual, baseando-se em algumas considerações do pensamento de Averróis, também defendia a existência de um intelecto único e comum a toda a espécie humana. Tal posição negava a imortalidade da alma, visto que “a parte mais incorruptível do homem, a saber, o intelecto, não lhe pertenceria a título próprio” (JEAUNEAU, 1963, p. 87). Contra esta tese, o *Doctor Angelicus* escreveu o opúsculo *A unicidade do intelecto contra os Averroístas* (1270), no qual, refuta as teses do averroísmo latino, ressaltando os erros e os perigos que as mesmas acarretam.

do espírito. Contra essas antropologias "angelistas", Tomás - corajosa e decididamente - afirma o homem total, com a intrínseca união espírito-matéria, pois a alma é forma: co-princípio ordenado para a intrínseca união com a matéria.

Quando Tomás diz: "É evidente que o homem não é só a alma, mas um composto de alma e de corpo" (I, 75, 4). Tomás aceita tão completamente o corpo como integrante essencial da realidade do ser humano, que esta união se projeta até na operação espiritual que é o conhecimento intelectual: "A alma necessita do corpo para conseguir o seu fim, na medida em que é pelo corpo que adquire a perfeição no conhecimento e na virtude" (C.G. 3, 144). E contra aquela tradição teológica que afirmava a iluminação imediata da inteligência humana por Deus (para o Aquinate Deus nos deu sua luz, dando-nos o intelecto), Tomás afirma que só podemos chegar às idéias mais abstratas e às considerações mais espirituais a partir da realidade sensível, material, concreta: "O intelecto humano, que está acoplado ao corpo, tem por objeto próprio a natureza das coisas existentes corporalmente na matéria. E, mediante a natureza das coisas visíveis, ascende a algum conhecimento das invisíveis" (I, 84, 7). Nesta afirmação resume-se a própria estrutura ontológica do homem. E, insistamos, mesmo as realidades mais espirituais só são alcançadas, por nós, através do sensível: "Ora - prossegue Tomás -, tudo o que nesta vida conhecemos, é conhecido por comparação com as coisas sensíveis naturais". Esse voltar-se para o concreto, para o sensível, marca profundamente não só a pedagogia, mas é mesmo uma chave de interpretação todo o pensamento de Tomás de Aquino (LAUAND, 2004).

Feitas tais considerações acerca do conteúdo geral do *De Magistro* e apresentados alguns dos princípios conceituais que permeiam e orientam toda a doutrina acerca do processo educativo presente no *De Magistro*, no tópico seguinte, buscar-se-á ressaltar a compreensão de *ensino* desenvolvida pelo *Doctor Angelicus* como também o papel exercido pelo aluno dentro do processo de ensino/aprendizagem.

## **2 A concepção tomásica de ensino/aprendizagem e a missão do educador à luz do *De Magistro***

### *2.1 A noção de ensino e o papel do aluno segundo o *De Magistro**

Não obstante o fato deste estudo consistir em um aprofundamento da concepção educacional elaborada por Tomás de Aquino no *De Magistro*, é mister considerar que a palavra *educação* não aparece nos escritos tomásicos, sendo, porém, de acordo com Lauand (2000, p. 21), sugerida diversas vezes em suas análises, compreendida como o processo de *eduzir* o conhecimento em ato a partir da potência<sup>13</sup>, como deixa entrever as seguintes passagens do *De Magistro*:

---

<sup>13</sup> Deve-se compreender *ato* no sentido aristotélico de *enteléquia*, ou seja, realização, perfeição que atua. Na verdade, *ato* é uma noção primitiva que não pode ser definida, mas somente apreendida por intermédio de exemplos, como afirma o Estagirita. Além do mais, o ato se manifesta na sua oposição à potência: "na realidade, a noção positiva de ato é a de acabamento, de *perfeição*, por oposição à potência que é *imperfeição*" (GARDEIL, 1967, p. 111). Em consonância, *potência* também é uma dessas noções analógicas primitivas que não podem ser

- “Se um homem ensina a outro homem, é necessário que torne conhecedor em ato aquele que é conhecedor em potência. Daí que é necessário que seu conhecimento seja conduzido de potência a ato” (art. 1, obj. 10; p. 25);
- “E quando a mente é conduzida a conhecer em ato as consequências particulares que já antes e como que em potência estavam naqueles universais, diz-se que adquiriu conhecimento” (art. 1, solução; p. 31);
- “O professor, portanto, estimula o intelecto a conhecer aquelas coisas que ensina como um motor essencial, que faz surgir o ato da potência” (art. 1, ad 12, p. 37);
- “Tudo o que está em potência pode ser conduzido a ato por algo que está em ato e o que está menos em ato por algo que está em ato mais perfeito. Ora, o intelecto angélico está mais em ato do que o humano; daí que o intelecto humano possa ser conduzido ao ato do conhecimento pelo intelecto angélico. E, assim, um anjo pode ensinar a um homem” (art. 3, *sed contra* 4, p. 50);
- “Quanto ao conhecimento que decorre dos princípios evidentes, um homem é de certo modo causa do conhecimento para outro homem, não no sentido de que lhe transmita o conhecimento dos princípios, mas porque estende a ato, mediante sinais sensíveis mostrados aos sentidos externos, conteúdos implícitos e como que em potência nos princípios” (art. 3, solução, p. 52).

Com base em tais declarações, torna-se explícito que o Aquinate concebe o ensino como sendo uma “educação do ato” (LAUAND, 2000, p. 21), isto é, a condução da potência ao ato, em que o aluno é conduzido ao conhecimento do que ele ignorava (*De Magistro* art. 1, solução, p. 32). Entretanto, para uma verdadeira compreensão das implicações desta definição é preciso levar em conta que:

Nas realidades naturais algo preexiste “em potência” de dois modos: de um, como potência ativa completa, como quando o princípio intrínseco permite atingir um ato perfeito, como é evidente nos casos de cura: graças às virtudes naturais que se encontram no doente, ele é levado da doença à

---

definidas, assim como no caso do *ato*. Porém, aquela designa toda capacidade de mudança ou de determinação. Todavia, não se pode confundir potência com possibilidade. Esta pertence ao plano da razão e diz respeito a tudo aquilo que não envolve contradição; aquela, por sua vez, refere-se ao plano do real, visto que está, não em ato, na coisa (MOURA, 1981, p. 158). Na verdade, os conceitos de *ato* e *potência* são oriundos do pensamento aristotélico. De acordo com Reale, “a doutrina da potência e do ato é, do ponto de vista metafísico, de grandíssima importância. Com ela Aristóteles pôde resolver as aporias eleáticas do devir e do movimento (...). Ademais, com ela Aristóteles resolveu perfeitamente o problema da unidade da matéria e da forma: a primeira sendo potência, a segunda ato ou atuação da mesma. Enfim, o Estagirita serviu-se dela, pelo menos em parte, para demonstrar a existência de Deus e para compreender a sua natureza” (1994, p. 363-364). Ainda mais, embora sendo conceitos na mente, ato e potência são realidades que se distinguem realmente na ordem extramental da natureza, sendo assim princípios do ente, como afirma Tomás de Aquino: “a potência e o ato dividem o ente e qualquer gênero de ente” (S. Th. I, q. 77, a. 1). Por fim, cabe ressaltar que, de acordo com Moura (1981, p. 159), o *Doctor Angelicus* sistematizou e aprofundou a doutrina aristotélica de ato e potência, estendendo-a a diversas partes da Filosofia e da Teologia, extraindo dela as últimas consequências.

saúde. De outro modo é a potência passiva, como quando o princípio intrínseco não é suficiente para atingir o ato, como é evidente no caso do ar que produz fogo, o que não ocorreria por força de alguma virtude contida no ar (*De Magistro* art. 1, solução, p. 31).

Outrossim, no caso em que algo preexiste em potência ativa completa, o agente extrínseco somente fornece meios para que possa surgir, no agente intrínseco, o ato; enquanto que, quando algo preexiste como potência passiva é o agente extrínseco quem principalmente eduz o ato da potência. Logo, no caso do conhecimento, só se é possível afirmar que este preexiste no educando como potência não puramente passiva, mas ativa, pois se preexistisse como potência puramente passiva, o homem não poderia adquirir conhecimentos por si mesmo (*De Magistro* art. 1, solução, p. 31).

Contudo, mais importante do que a distinção propriamente dita são as consequências oriundas dos princípios teóricos elucidados acima, pois é deixando-se nortear pelos mesmos que o Aquinate se distancia da concepção de ensino como mera transmissão mecânica, pois se o conhecimento preexiste como potência ativa no educando, somente o aluno, auxiliado pelo mestre, pode fazer esta passagem da potência para o ato.

No aluno, o conhecimento já existia mas não em ato perfeito, e sim como que em “razões seminais”<sup>14</sup>, no sentido que as concepções universais, inscritas em nós, são como que sementes de todos os conhecimentos posteriores. Ora, se bem que essas razões seminais não se transformem em ato por uma virtude criada como se fossem infusas por uma virtude criada, no entanto essa sua potencialidade pode ser conduzida ao ato pela ação de uma virtude criada (art. 1, ad. 5, p. 34-35).

Dessa maneira, o ensino, na compreensão tomásica, de acordo com Fitzpatrick (1936, p. 14) não é mera transferência de conhecimentos, nem verbalismo ou audição de discursos professorais, uma vez que, continua este mesmo autor, “ensinar deveras não é somente suscitar imagens e estimular a sua reassociação mecânica e memorativa, mas provocar pelas imagens a marcha reflexiva do pensamento no discípulo” (1936, p. 35). Dessa forma, Tomás de Aquino coloca também que “sempre que um ensina a outro, é necessário que o aluno vá conferindo os conceitos do

---

<sup>14</sup> A teoria das razões seminais é utilizada, na verdade, para explicar a doutrina da criação. Segundo tal teoria, a criação do mundo acontece de modo simultâneo, ou seja, Deus “de um só golpe, sem nenhuma sucessão de tempo fez ser a totalidade do que foi então, do que é hoje e do que será em seguida” (GILSON, 1998, p. 151). No entanto, “Deus não cria a totalidade das coisas possíveis como já concretizadas: ele insere no criado as ‘sementes’ ou ‘germens’ de todas as coisas possíveis, as quais, posteriormente, ao longo do tempo, desenvolvem-se pouco a pouco, de vários modos e com o concurso de várias circunstâncias” (REALE; ANTISERI, 2011, p. 96). É a partir deste prisma que Tomás de Aquino considera, fazendo as devidas ressalvas, que a obtenção do conhecimento pode ser comparado às razões seminais, ou seja, “aquelas potencialidades que ‘não se tornam ato por nenhum poder criado, mas estão inscritas na natureza só por Deus’ (obj. 5). Ressalvas, pois se trata de potencialidades que não procedem da criatura, mas que podem ser conduzidas ao ato pela ação do ensino humano” (LAUAND, 2001, p. 21, nota 18).

professor a fim de que o processo na mente do aluno acompanhe o processo do conhecimento na mente do professor” (*De Magistro* art. 3, obj. 4, p. 46).

A partir deste âmbito, o professor auxilia sim o aluno no processo educativo, porém, aprender é atividade peculiar ao aluno, sendo que também não há ensino sem aprendizado. Neste viés, o aprendizado é tomado como uma atualização de potências, um processo de aperfeiçoamento imanente e contínuo, cujo principal agente é o próprio aprendiz, ou seja, a atividade do aluno é essencial ao progresso, pois “nem símbolos, nem palavras, nem qualquer abreviação da experiência real, são capazes de, por si sós, transferir o conhecimento. Tudo, em última instância, depende do aluno” (FITZPATRICK, 1936, p. 14-15). Nenhum professor pode impô-lo.

Todavia, a afirmação de que, no ensino, somente o aluno pode fazer a educação do ato, não significa, sob hipótese alguma, conforme já se pode perceber acima, que Tomás de Aquino despreze ou desconsidere a atividade do educador no processo ensino/aprendizagem, algo que seria muito contraditório, se se levar em conta que o próprio Aquinate foi um dos grandes mestres universitários do século XIII.

Dessa maneira, com sua teoria, ele apenas quer frisar que o centro de gravidade do sistema educativo é o aluno, pois o mestre ensina justamente para que o aluno aprenda. No entanto, para que o aprendizado ocorra é necessária a colaboração ativa, voluntária e deliberada do aprendiz, porque sem esta, os esforços do educador estão destinados ao fracasso. Ainda mais, o envolvimento ativo do aluno é de suma importância, não basta a presença passiva do mesmo, pois o conhecimento não pode ser transferido mecanicamente de uma mente para a outra, uma vez que:

O professor infunde conhecimento no aluno não no sentido – numérico – de que o mesmo conhecimento que está no mestre passe para o aluno, mas porque neste, pelo ensino, se produz passando de potência para ato no conhecimento semelhante ao que há no mestre (*De Magistro* art. 1, ad 6, p. 35).

Enfim, realizados estes apontamentos acerca da concepção de ensino esposada pelo *Doctor Angelicus*, no tópico abaixo, elucidar-se-á, com base no *De Magistro*, a missão própria do professor no processo de aprendizagem.

## 2.2 O papel do professor segundo o *De Magistro*

Com base nos princípios elencados anteriormente, torna-se patente que, dentro da compreensão tomásica, a aprendizagem é uma atividade intrínseca ao aprendiz. Contudo, como

também já foi frisado, isso não significa que a atuação do professor no processo é insignificante ou descartável. Pelo contrário, se o aprender é uma atividade peculiar ao aluno, o professor é “causa próxima externa do ensino” (FITZPATRICK, 1936, p. 14), cuja missão é ensinar, ou seja, “apresentar sinais para que o aluno possa por si fazer a educação do ato de conhecimento” (LAUAND, 2000, p. 21).

No aluno, as representações das coisas inteligíveis, pelas quais se produz o conhecimento recebido pelo ensino, são imediatamente de seu intelecto agente, mas mediatamente propiciadas pelo professor, ao propor sinais das coisas inteligíveis a partir dos quais o intelecto agente capta os conteúdos e os representa no intelecto paciente<sup>15</sup>. Daí que as palavras do mestre, ouvidas ou lidas, causem o conhecimento do mesmo modo que as realidades externas, pois tanto a estas quanto àquelas volta-se o intelecto agente para receber os conteúdos inteligíveis, se bem que as palavras do professor estão mais próximas de causar conhecimento do que as realidades sensíveis externas, enquanto sinais dos conteúdos inteligíveis (*De Magistro* art. 1, ad 11, p. 36).

Em virtude disso, para Tomás de Aquino, o educador atua como um agente extrínseco, o qual age somente ajudando o agente intrínseco, no caso o aluno, fornecendo a este, meios que possam fazer surgir o ato, ou seja, o conhecimento, o aprendizado. Em outras palavras, “o professor deve conduzir o aluno ao conhecimento do que ele ignorava, seguindo o caminho trilhado por alguém que chega por si mesmo à descoberta do que não conhecia” (*De Magistro* art. 1, solução, p. 32). Torna-se explícito então que “a posição do professor de auxiliar no processo de aprendizagem não minguia sua importância (...). Sua contribuição fundamental é a de auxiliar o tornar sua potencialidade intelectual em ato” (SANTOS; LOPES; PRADO, 2011, p. 13).

No entanto, é preciso ressaltar novamente um ponto de total relevância para a doutrina tomásica, ou seja, a concepção de que o professor somente ampara o aluno e guia-o no conhecimento da verdade, mas não tem o poder de causar interiormente, de modo infuso, no intelecto, o conhecimento, uma vez que causar interiormente o ensino compete unicamente a Deus:

---

<sup>15</sup> Ademais, a distinção entre intelecto agente e intelecto paciente tem como fundamento uma passagem do *De anima* (V, III) de Aristóteles, segundo a qual, a alma enquanto inteligência possui dois aspectos: “um, passivo, segundo o qual pode tornar-se todas as coisas que conhece; e outro, ativo, segundo o qual produz todos os inteligíveis (...). Como o próprio nome indica, o entendimento paciente é aquele que está em potência para entender, e depende do objeto inteligível (a essência universal) para entender em ato. O entendimento agente é o que torna o inteligível em potência (a essência existente nas coisas concretas) em inteligível em ato (a essência abstraída dos singulares. Esse entendimento, ao contrário do primeiro, deve estar sempre em ato. Caso contrário dependeria de outro em ato para agir” (COSTA, 1993, p. 52-53). Com base nestes aspectos, “um filósofo contemporâneo, James Royce, compara a ação do intelecto agente a um tubo emissor de raios X que torna visível a estrutura óssea (na comparação: a essência) subjacente à pele (comparada aos aspectos sensíveis): esta é visível em nível de luz normal (conhecimento sensível); aquela (a essência), em nível de raios X (na comparação: o conhecimento intelectual). (...) Na metáfora, o intelecto paciente poderia ser comparado ao filme virgem de raios X (com a ressalva de que o filme é totalmente passivo, enquanto o intelecto reage ativamente para formar o conceito)” (LAUAND, 2001, p. 19).

“é claro que é só Deus quem interior e principalmente ensina” (*De Magistro* art. 1, solução, p. 33). O homem, por sua vez, causa o conhecimento a partir de fora, isto é, o educador propõe o ensino aos sentidos exteriores (*De Magistro* art. 3, ad 1, p. 53), isto implica que, “o homem que ensina exteriormente não infunde luz inteligível, mas é de certo modo causa das espécies inteligíveis enquanto nos propõe alguns sinais de conteúdos inteligíveis que o intelecto capta por si e conserva em si” (*De Magistro* art. 1, ad 14, p. 38). É em decorrência destes princípios que o *Doctor Communis* concebe que:

É legítimo afirmar que um homem é verdadeiro professor, que ensina a verdade e que ilumina a mente, não porque infunde a razão em outro, mas como que ajudando essa luz da razão para a perfeição do conhecimento, por meio daquilo que propõe exteriormente, tal como o diz São Paulo (Ef 3,8): “A mim, que sou o ínfimo entre os santos, foi dada esta graça: a de iluminar a todos etc.” (*De Magistro* art. 1, ad 9, p. 35).

À luz deste prisma, o *Doctor Communis* compara o processo de aprendizagem com a cura e a missão do professor com a do médico, pois tal como se diz que este produz a saúde, ainda que ele só atue exteriormente, uma vez que é a própria natureza por si mesma que produz a saúde, assim também o aluno aprende por si mesmo, mas dirigido pelo mestre.

E é por isto que se diz que o professor ensina o aluno: porque este processo da razão – que a razão natural faz em si – é proposto de fora pelo professor por meio de sinais, e assim a razão do aluno – por meio do que lhe é proposto como certos instrumentos de ajuda – atinge o conhecimento do que ignorava. E do mesmo modo como se diz que o médico causa a saúde no doente pela atuação da natureza, também se diz que o professor causa o conhecimento no aluno como atividade da razão natural do aluno. E é nesse sentido que se diz que um homem ensina a outro se chama mestre (*De Magistro* art. 1, solução, p. 32).

Diante disso, torna-se explícito que embora o Aquinate ressalte, veementemente, a importância do papel e da participação do aluno no processo educativo, nem por isso, ele deixa de assinalar a importância e a relevância do papel do educador para a concretização do mesmo. Cabe ressaltar ainda, de acordo com Santos, Lopes e Prado (2011, p. 11-12), que ao compreender o professor com aquele que auxilia, que presta ajuda ao educando, torna-se patente que:

A visão de Santo Tomás não implica um autoritarismo. É claro que a figura do mestre está orlada pela autoridade, é intrínseco a sua função. Contudo o mestre não viola os princípios fundamentais antropológicos como a liberdade, o respeito, o próprio processo de aprendizagem. O mestre não infringe a condição humana, ao contrário, está a favor dela. O mestre deve estar a favor da natureza humana e por isto respeitar sua condição. Por condição pode se entender as limitações próprias do homem, por exemplo, para uma criança aprender um determinado assunto é necessário tempo. O mestre não pode exigir aprendizado desconsiderando o tempo, outra coisa poderá ser a idade, um adulto em processo de alfabetização é diferente de uma criança. Aplicar o mesmo método para ambos desrespeita a condição de cada qual (2011, p. 11-12).



Contudo, para que de fato o professor exerça com maestria essa sua missão, para que ele consiga ser amparo e guia do aluno no conhecimento da verdade, além de mediador entre o aprendiz e o programa de ensino é necessário, acima de tudo, segundo Tomás de Aquino, que ele possua, explícita e perfeitamente, o conhecimento que ele quer causar no aluno, certo de que “o médico cura não porque tem a saúde em ato, mas porque tem o conhecimento da arte médica; já o professor ensina precisamente porque tem o conhecimento em ato” (*De Magistro* art. 2, ad 6, p. 43). Dessa forma, em outra passagem, o Angélico faz a seguinte afirmação:

Ora, o ensino pressupõe um perfeito ato de conhecimento no professor; daí que seja necessário que o mestre ou quem ensina possua de modo explícito e perfeito o conhecimento cuja aquisição quer causar no aluno pelo ensino (*De Magistro* art. 2, solução, p. 41-42).

### **Considerações finais**

À luz de todo o percurso realizado até o momento, em que se apresentou a concepção educacional elaborada por Tomás de Aquino a partir do *De Magistro*, torna-se patente que este exímio pensador não elaborou, de modo sistemático uma abordagem dedicada, unicamente e exclusivamente, ao tema da Educação e da Pedagogia, uma vez que, como já se aludiu anteriormente, as reflexões realizadas acerca do processo de ensino/aprendizagem se encontram inseridas em universo de discussão e a um campo teórico mais amplo e complexo, que englobam discussões filosóficas e teológicas: “Prova disso é que suas ideias acerca da educação nada mais são que um subcapítulo que, por sua vez, encaixa-se em um contexto maior, no qual ele discute indagações acerca da verdade” (BATISTA, 2010, p. 95). Nesse sentido, fica explícito também que o *De Magistro* não pode ser considerado, tendo como base os moldes atuais, um tratado de Educação ou de Pedagogia, nem mesmo pode se atribuir ao *Doctor Communis*, “de acordo com o que requer o atual significado da expressão, a patente de filósofo (tampouco de teólogo) da educação” (BATISTA, 2010, p. 96).

Contudo, tais constatações, sob hipótese alguma, diminuem a contribuição oferecida pelo Angélico ao campo da Educação e da Pedagogia, pelo contrário, ao se estudar os princípios presentes no *De Magistro* e as implicações oriundos dos mesmos, torna-se explícito que os mesmos, embora sofram os condicionamentos próprios do contexto histórico e cultural do século XIII,

oferecem luzes e indicam caminhos de solução para alguns dos problemas atuais presentes na área educacional. Dessa maneira, é importante ressaltar que o retorno às concepções clássicas não deve ser tomado como exercício de saudosismo, visto como uma mera curiosidade ou erudição, visto que: “O passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e projetar o futuro” (ARANHA, 1996, p. 17).

Em decorrência disso, deve-se levar em conta que, em contraste com a conjuntura atual, em que tanto o saber quanto a própria percepção da condição humana, cada vez mais, se encontram segmentados, compartimentados e fragmentados, Tomás de Aquino propõe uma doutrina educacional que não se baseia em um aspecto único da realidade humana, mas sim que buscar levar em conta o todo, o conjunto, unindo elementos dos variados saberes: da Filosofia, da Teologia, da Educação, contrapondo-se à visão fragmentada do conhecimento e do próprio ser humano.

Ainda por cima, através da leitura do *De Magistro*, pode-se afirmar que é notável a enorme capacidade do Aquinate de dialogar com o novo, de acolher o diferente e buscar compreendê-lo, demonstrando assim a sua convicção pessoal de que “na aceitação, como no repúdio, das opiniões, não se deve o homem guiar pelo amor ou pelo ódio em relação àqueles que as representam, mas pela certeza da verdade” (Tomás de Aquino, *apud* Ameal, 1947, p. 526-527). Dessa forma, Batista (2010, p. 96) defende que outro contributo legado pelo *De Magistro* é o fato de que:

esse livro pode ser uma chave para franquear o acesso à construção de um pensamento pedagógico que, por sua vez, inspirando-se nas concepções filosóficas e teológicas tomistas (ou mesmo neotomistas), sirva de orientação para a elaboração de uma pedagogia voltada ao trabalho de empreender uma educação que faça com que os indivíduos saibam conviver, em um ambiente de tolerância ou de respeito mútuos, com as mais diferentes convicções, sejam elas de cunho religioso, ou mesmo de cunho filosófico ou científico.

Ademais, outro aspecto que sobressai na perspectiva educacional tomásica é a atenção conferida ao papel do próprio aluno dentro do processo de ensino/aprendizagem, uma vez que, segundo tal doutrina, o agente principal da educação não é o professor, mas sim o aluno. Este, auxiliado pelo mestre, é capaz de adquirir conhecimento, de alcançar a verdade e de pensar por si mesmo. Para Santos, Lopes e Prado, tal concepção é muito importante e significativa para o âmbito pedagógico e educacional, pois:

Raramente alguma teoria educacional se dedica à pessoa do aluno, ou do aprendiz. Sempre, ao falar de educação, é focada a figura do professor. E muitas vezes a ele é tributada toda glória ou toda vergonha diante de um sucesso (aparente ou não) ou de um fracasso do resultado alcançado pelos alunos. “A culpa é do professor que não...”, “não, foi o professor que não quis...”, “é preciso que os professores...”, “professor, tem um curso que ensina a dar aula, você não gostaria ...”; assim

com estes mínimos exemplos já é possível notar o peso e a responsabilidade (muitas vezes total) da ação pedagógica que é imposta sobre o professor. Cabe mencionar ainda que comumente se impõem ao professor responsabilidades, além da pedagógica.

Até mesmo as honradas Comissões Internacionais de Educação publicam artigos encantadores poetizando sobre a arte de ensinar, a arte de fazer o aluno aprender, o segredo de ser um bom professor, o mistério de fazer os alunos terem vontade de aprender. São, de fato, textos bem redigidos; contudo, mesmo que exaltando a figura do docente, cometem a injustiça de impor toda a responsabilidade da educação sobre ele, inclusive a responsabilidade que cabe ao aluno (2011, p. 11-12).

Por conseguinte, ao definir o papel do educando, Tomás de Aquino também deixa bem claro que, embora o aluno seja o agente primeiro da sua formação, isso não significa que a missão do professor, dentro da práxis educacional, ocupa um lugar de somenos importância, que sua atuação seja secundária, pois cabe a este ajudar o aluno a desenvolver suas potencialidades, conduzi-lo pelos caminhos do conhecimento, ou seja, ambos, educando e educador, devem abraçar suas responsabilidades, sem que um usurpe, ocupe o lugar que compete ao outro (SANTOS; LOPES; PRADO, 2011, p. 16).

Desse modo, ao ressaltar a importância e a tarefa própria do professor, as teses do *Doctor Angelicus* acabam levando, por assim dizer, os educadores a tomarem consciência da necessidade de investirem em sua própria formação, de buscarem aprofundar e alargar seus conhecimentos. Isso se justifica, essencialmente, pela percepção de que, como defende o Angélico, somente um professor que domina sua área, que busca sempre se atualizar, que tem ciência daquilo que ensina cumpre realmente a sua função e, ainda por cima, somente agindo assim ele poderá estimular a capacidade pessoal do próprio aluno. Também neste ponto, Tomás de Aquino se impõe, além de toda sua teoria, como verdadeiro exemplo a ser imitado e admirado pelos educadores hodiernos, uma vez que:

Nenhum mestre nos poderá dar noção mais forte da concepção de Sto. Tomás de Aquino sobre o professor ideal (devotado à verdade, com profunda visão da natureza dos seus discípulos, respeitando-lhes a liberdade, se bem que os protegendo contra o erro), do que ele mesmo, Sto. Tomás, o grande mestre do século XIII (MAYER, 1936, p. 132).

Em suma, espera-se então que este trabalho tenha tanto propiciado tanto uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre a temática escolhida como objeto de estudo, ou seja, a concepção educacional de Tomás de Aquino a partir do *De Magistro*. Almeja-se ainda que este ensaio ajude a redescobrir o pensamento do Aquinate, especialmente, no que diz respeito às suas considerações acerca da prática educacional, para que assim, não somente os teólogos e filósofos, mas também os educadores e pedagogos reconheçam o quanto o pensamento tomásico ainda pode contribuir e

oferecer ao homem contemporâneo, pois o mesmo se apresenta como um verdadeiro “tesouro de que o sábio hodierno poderá extrair coisas novas e coisas antigas, aprendendo então a evitar os erros do passado sem deixar de abraçar as verdades que não passam jamais” (FAITANIN, 2005), na certeza de que “é com um tomismo vivo e não com um tomismo arqueológico que estamos lidando” (MARITAIN, 1996, p. 11).

## **BIBLIOGRAFIA**

### *1) OBRAS DE TOMÁS DE AQUINO*

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Sobre o Ensino (De Magistro)/Os Sete Pecados Capitais**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001/2002. v. 1 e v. 2.

### *2) OBRAS SOBRE TOMÁS DE AQUINO*

BATISTA, Gustavo Araújo. O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 2, maio/agosto 2010. p. 82-96.

CAVALCANTE, Tatyana Murer. **Aspectos educacionais na obra de Santo Tomás de Aquino no contexto escolástico-universitário do século XIII**. 2006. 131 f. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

COSTA, José Silveira da. **Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

FITZPATRICK, Edward A. Introdução do editor ao “De Magistro” de Sto. Tomás de Aquino. In: **Filosofia da Educação de Sto. Tomás de Aquino**. São Paulo: Livraria Editora ODEON, 1936. p. 13-44.

GARDEIL, H. D. **Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino: Metafísica.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1967. v. 4.

LAUAND, Luiz Jean. Introdução. In: TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Sobre o Ensino (De Magistro)/Os Sete Pecados Capitais.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 3-22.

MAYER, Mary Helen. A filosofia pedagógica de Sto. Tomás de Aquino. In: **Filosofia da Educação de Sto. Tomás de Aquino.** São Paulo: Livraria Editora ODEON, 1936. p. 125-229.

MOURA, Odilão. Sumário dos capítulos e Anotações ao texto. In: TOMÁS DE AQUINO, Santo. **O ente e a essência: texto latino e português.** Rio de Janeiro: Presença, 1981. p. 103-180.

NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. **Santo Tomás de Aquino: O Boi mundo da Sicília.** São Paulo: EDUC, 2003.

SOLIMEO, Plínio Maria. **São Tomás de Aquino.** São Paulo: Editora Artpress, 2005.

TORREL, Jean Pierre. **Iniciação a Santo Tomás de Aquino: sua pessoa e sua obra.** São Paulo: Loyola, 1999.

### 3) OBRAS GERAIS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

COSTA, José Silveira da. **A Escolástica Cristã Medieval.** Rio de Janeiro: [s. n.], 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JEAUNEAU, Édouard. **A Filosofia Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1963.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MARITAIN, Jacques. **Sete lições sobre o ser e os primeiros princípios da razão especulativa**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Juliano de Almeida. **Síntese Filosófica**. 1998. 145 f. Curso Livre de Filosofia, Pouso Alegre, 1998.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Platão e Aristóteles**. Loyola: São Paulo, 1994. v. 2.

\_\_\_\_\_; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2011. v. 2.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 1998.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

#### 4) FONTES ELETRÔNICAS ON-LINE

FAITANIN, Paulo. “Atualidade e perspectiva do tomismo no Brasil”. Disponível em: <<http://www.edsetimoselo.com.br/palestra/Faixa4.wma>>. Acesso em: 26 de julho de 2011.

LAUAND, Luiz Jean. “Aspectos do Ensino na Filosofia da Educação de Tomás de Aquino (notas de conferência proferida no *I Colóquio Filosofia e Educação* – “Educação e Educadores”, Feusp,

04-10-04)”. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/rih8/jean.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

SANTOS, Patrícia Aparecida Cezário dos; LOPES, Maria Inácia; PRADO, João Batista Ferraz do. “Uma Análise dos Fundamentos da Filosofia da Educação de Santo Tomás de Aquino”. Disponível em: <<http://www.catolicadeanapolis.com.br/pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.